

O NASCIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Parece que os Lusitanos, habitantes da parte da Península Ibérica mais ou menos correspondente a Portugal quando da invasão romana, falavam celta. Se assim for, o latim vulgar suplantou a língua falada na Lusitânia, ajudado pelo parentesco que tinha com ela.

José Leite de Vasconcelos (1858-1941) chama *latim lusitânico* à evolução do latim vulgar falado na Lusitânia e alterado pela influência do meio, a partir de 193 a. C., ano de que datam os mais antigos testemunhos históricos das lutas dos Romanos com os Lusitanos. Estes, a acreditar em Estrabão, nos primeiros séculos da nossa era, continuavam com os seus rudes hábitos (cf. José Pedro Machado, *Origens do Português*, Lisboa, 1967).

O mais antigo documento latino-português, escrito, portanto em *latim bárbaro*, refere-se à doação à igreja de Souselo, é proveniente do mosteiro de Pendurada (Entre Douro e Minho), está agora no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e data de 870. Trata-se, porém, duma cópia da primeira metade do século XII. O documento original latino- bárbaro mais antigo é de 882 e trata da fundação da igreja de Lodosa, no concelho de Vila do Conde.

No século IX (tinham já, pois, sucedido as invasões dos Bárbaros e, posteriormente, dos Árabes), havia ainda coesão entre os romances da Península, embora o catalão começasse a diferenciar-se. Esistiam então, além do *árabe* e do muito conservador *romance moçarábico* (conjunto de dialectos falados no território dos Árabes pelos cristãos, hispânicos sobretudo), o *catalão*, o *aragonês*, o *leonês* e o *galego-português*. Escreve D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos que o reino galego-leonês, ou astúrico-galego-leonês, formava étnica e linguisticamente uma unidade com os países de Entre Douro e Minho, ou mesmo Minho e Mondego. Só no século X está documentada a existência do *castelhano*, e os seus caracteres mais distintivos só começam a registar-se com alguma regularidade por meados do século XI (o reino de Castela data de 1032). De acordo com Leif Sletsjõe, *a cisão entre o espanhol e o português não é consequência da política, mas corresponde antes a uma divisão e diferenciação que tem as suas origens no período da romanização ou que, talvez mesmo remonta para além desta época*.

Durante o domínio árabe em Portugal, que só terminou no século XIII (em Espanha só dois séculos mais tarde), diz um autor árabe que na Península o árabe se mistura com os *Galegos (Portugueses e Castelhanos)* e os *Franco (Aragoneses)*. Assim se mantêm o romance, e a poesia trovadoresca portuguesa é a prova de que a romanidade não morrera. Le Gentil nota que o português se revela por tal forma independente desde a origem, quando o castelhano ainda não se tinha imposto, que os Moçárabes falavam um dialecto português, o romance moçarábico, na designação de Leite de Vasconcelos. A circunstância de a língua portuguesa ser conhecida desde os Moçárabes explica a difusão da

nossa poesia lírica, cuja época áurea vai de 1245 a 1284 e se denomina *alfonsina* (de Afonso III de Portugal e Afonso X de Leão e Castela). *Não há muito que todas as poesias líricas espanholas eram em galaico-português*, dizia um espanhol do século XV. Com efeito os cancioneiros galego-portugueses dos séculos XIII e XIV encerram poesias de andaluzes e castelhanos. Há pois grande infiltração do lirismo português na Espanha, porque, diz Le Gentil, numa época em que o domínio do castelhano se ia alargando, gostava-se de encontrar formas de falar anteriores à hegemonia de Castela.

O dialecto de Lisboa fazia parte do romance moçárabico, e nesta cidade nunca deixou de falar-se língua romance. J. P. Machado crê que a influência arábica no português se condiciona ao vocabulário recebido pelos Moçárabes e ao que destes receberam os Portugueses (*Breve História da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1946).

O castelhano, antes de su hegemonia, não abrangia Leão, onde se falava uma língua mais parecida com a portuguesa, o que facilitaria a irradiação lírica através dessa província. Em compensação, para o Sul de Portugal só mais tarde o português irradiou, podendo afirmar-se que o Tejo veio a separar dois tipos de dialectos portugueses. Por outro lado, em Espanha houve expansão tardia do castelhano, quando começa a supremacia de Castela sobre Leão e Navarra. Castela e Leão só são reunidos sob o mesmo ceptro por Afonso VI, de cujos reinos vieram a fazer parte as terras do Norte de Portugal, até o Tejo. A designação de *terra portugalense* começa a aparecer em meados do século XI, proveniente da mais importante povoação, *Portucale*, junto à foz do Douro.

O português é mais rico de timbres vocálicos que o espanhol: nove vogais orais e cinco nasais, contra cinco orais apenas, além de detongos nasais, inexistentes em castelhano; este, no entanto, é mais claro e tem maior carácter oratório, o que se coaduna com a feição dos dois povos, inconfundíveis na fala, música, história, costumes, etc. Apesar de certas semelhanças, as duas línguas irmãs são nitidamente diferentes nas suas características fundamentais. O português é por completo autónomo. O espanhol é mais sonoro; o português é mais brando, mais velado; as sílabas átonas (e as de acento secundário) atenuam-se ou mesmo desaparecem, sobretudo se contêm o chamado *e* mudo, inexistente no Brasil, análogo ao *â*/*ñ* do romeno e ao *л* do russo. Um espanhol que conheça o português escrito tem grande dificuldade em percebê-lo falado, mas a inversa não é verdadeira, ou seja, um português que lê o espanhol também o entende oralmente. A ditongação descendente em português é uma tendência para a suavização; a ditongação ascendente, em espanhol, é mais enfática.

As alterações que o *latim vulgar* sofreu na Hispânia tinham-se avolumado cada vez mais, como não podia deixar de suceder a uma língua entregue a si, devido à falta de disciplina gramatical, que a sustivesse na sua natural evolução, e assim surgiram diferentes falas que, sob a acção de modificações posteriores e sucessivas, vieram a constituir verdadeiras línguas. Entre essas falas mais ou menos divergentes umas das outras deve notar-se a *galaico-portuguesa*, assim denominada porque as divergências inicialmente entre o português e o galego foram quase insensíveis, considerando até muitos investigadores como *substancialmente uniforme* a língua proveniente do latim vulgar da Lusitânia, desenvolvida nas duas margens do rio Minho. No entanto, havia entre o galego e o

português algumas particularidades dialectais, que se acentuaram profundamente durante a Idade Média, devido às vicissitudes políticas de Portugal e da Galizia, e deste modo apareceram, por assim dizer, dois idiomas autónomos (o *português* e o *galego*), incluindo-se certamente na língua portuguesa muitos rasgos moçárabes, à medida que se ia operando a Reconquista. Na Galiza, por outro lado, passou a haver a influência da colonização de Castela, ao mesmo tempo que se perdia o contacto com a zona portuguesa, a que pertencia linguística e geograficamente. Contudo, certas características típicas do galego-português ainda hoje se observam em algumas regiões do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, além da própria Galiza.

A *língua portuguesa*, de carácter culto e arcaizante e cujo padrão é a da área compreendida entre Lisboa e Coimbra, pode considerar-se na essência como a evolução da latina, mas na sua forma vulgar. A evolução do latim para o português foi a seguinte: do *latim vulgar* passou-se para o *latim lusitânico*, e deste para o *romanço*, que, por seu turno, foi tomando características próprias até constituir o português. É impossível, por falta de provas, seguir passo a passo a evolução do latim vulgar, desde que os soldados, colonos e comerciantes romanos o trouxeram à Lusitânia, até se tornar a língua hoje falada em Portugal. Facilmente se compreende que, antes dos mais antigos documentos, é de todo irrealizável acompanhar as transformações que o latim vulgar ia sofrendo na Lusitânia, sendo apenas por indução que podemos conjecturá-las. Do *latim lusitânico* passou-se para o *romanço* sob as seguintes influências: até o séc. VIII, das línguas dos Bárbaros e da literária da Igreja e das escolas; depois do séc. VIII por influência do vocabulário árabe.

O português é uma língua culta e rica. Tem o exclusivo do infinitivo pessoal e a regalia do futuro do conjuntivo, abundância de diminutivos, enorme liberdade sintáctica. O português não evolucionou talvez tanto como as outras línguas românicas, e caracteriza-se pela riqueza de timbres vocálicos, manutenção de ditongos nasais, queda do *l* e do *n* intervocálicos, etc. Há semelhanças flagrantes em todos os aspectos da gramática latina e da portuguesa (embora deixasse de manter-se a sintaxe latina). Na passagem do latim para o português o caso típico foi o acusativo.

A formação da língua portuguesa pode considerar-se iniciada em 193 a. C. Podemos distinguir como *primeira época* da história da língua portuguesa, a que se chamará *pré-histórica*, a fase que, começando no latim lusitânico, vai do século I da era cristã até o século IX. É neste século, como se disse anteriormente, que começam a aparecer documentos em *latim bárbaro*, onde, devido à insciência dos notários que os redigiram, transparecem aqui e ali palavras que eles iam buscar à língua falada, as quais, no caso de Portugal, podemos considerar portuguesas. Certas características do galego-português encontram-se já em documentos em latim bárbaro. O português usado na linguagem tabeliônica nos documentos latino-bárbaros, desde o séc. X ao XII, sobretudo na região entre os rios Douro e Mondego, pode chamar-se português proto-histórico, segundo Leite de Vasconcelos. Portanto, a fase da língua portuguesa que decorre nesse tempo constitui a *época proto-histórica* da língua portuguesa, porque entretanto não aparecem documentos extensos escritos completamente em português. A melhor colecção de documentos em latim bárbaro é o volume *Diplomata et Chartae* (1867), que faz parte dos *Portugaliae Monumenta Historica* (iniciados em 1856 sob a direcção de Alexandre Herculano) e cujo

terminus ad quem é o ano de 1100, continuada em 1940 pelos *Documentos Medievais Portugueses* edição da Academia Portuguesa da História.

Do século XI até aos nossos dias estende-se a *época histórica* da língua portuguesa, isto é, a que tem por *terminus a quo* a data do 1º documento redigido inteiramente em português. A língua portuguesa, desde que foi fixada pela escrita até a actualidade, tem sofrido várias modificações, principalmente na sua fonética e morfologia, sendo as mais importantes as que se deram nos séculos XII a XV. No capítulo da fonética, por exemplo, convém assinalar que a *métrica* e a *rima*, isto é, a *poesia*, ajudam a fazer a história da pronúncia portuguesa através dos tempos.

Temos de distinguir na *época histórica* da língua portuguesa duas *fases* ou *períodos*: o *arcaico* e o *moderno*. O primeiro vai desde o séc. XII (fundação da nacionalidade) até o séc. XVI (publicação do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, em 1516); o segundo principia no séc. XVI, e chega até os nossos dias. No longo espaço de tempo que dura a língua arcaica podem estabelecer-se períodos secundários, pois há fenómenos que são próprios de um tempo, e outros de outro (cf. Leite de Vasconcelos, *Textos Arcaicos*, p. 118, 4ª edição, Lisboa, 1959). Pode assim considerar-se que a *fase galego-portuguesa* da história da língua portuguesa se prolonga até o fim do séc. XIV (1350 ou 1385), seguindo-se o período do *português comun* ou de prosa histórica. A língua portuguesa arcaica, ao contrário do que os leigos supõem, é regular, pitoresca, inteligível (pouco diferente do padrão actual) e exprime perfeitamente as ideias da época; neste período, a língua, por assim dizer, viveu quase por si própria, evoluiu com pouca influência estranha, pelo que podemos chamá-lo *nacional*.

Dos textos antigos da faixa ocidental da Península Ibérica, quer em latim, quer em português, há duas classes principais: documentos públicos e obras literárias. Os primeiros (títulos de compra e venda, testamentos, doações, etc.) são muito abundantes desde o séc. XII e sobretudo desde o XIV; grande parte deles está publicada em colecções especiais ou periódicas, de que as mais notáveis são os *Portugaliae Monumenta Historica*, a que já fizemos referência, divididos em quatro secções: *Scriptores*, *Diplomata et Chartae*, *Leges et Consuetudines*, *Inquisitiones*. Na primeira estão os textos que oferecem interesse mais ou menos literário, sobretudo os *Livros de Linhagens*; nas outras guardam-se as escrituras públicas, os forais e as inquirições dos antigos reis de Portugal. Nos textos dos séculos XIII e XIV é por vezes difícil distinguir a língua culta da quotidiana, a literária da corrente.

Quanto à literatura, embora menos rica que algumas das suas irmãs de outras línguas românicas, mostra as relações íntimas entre as linguagens culta e a popular e apresenta poesia, romance, história, obras hagiográficas, morais e didácticas, comprovativas da actividade intelectual portuguesa. A primeira grande manifestação da literatura portuguesa é constituída pela poesia trovadoresca dos *Cancioneiros* medievais. A tanta riqueza de versos correspondia uma prosa bem pobre: apenas as *Crónicas breves*, os *Nobiliários* o *Livros de Linhagens*, a *Demanda do Santo Graal*, prosa monástica de feição edificante e pouco mais.

A *linguagem trovadoresca* assenta talvez na coimbrã do século XII (era em Coimbra que residia a corte) e compõe-se quase só de vocábulos saídos do latim vulgar evolutivamente. Também os estrangeirismos (galicismos, especialmente) que nela ocorrem vieram por via popular, e encontram-se hoje como eram em 1200. Muitas outras palavras achavam-se, porém, a meio caminho do português clássico, portanto na fase arcaica. No século XIII exerceu grande acção no português a literatura provençal. Reflecte-se na linguagem a influência francesa e provençal que se fizera sentir na poesia trovadoresca: ora galicismos, ora provençalismos. No século XIV, com a decadência trovadoresca, inicia-se a formação de nova linguagem literária. Quando Lisboa se tornou na capital, o português do Norte deixou de dominar.

O português escrito dos tabeliães não passa dum tosco instrumento repleto de fórmulas jurídicas e frases feitas, tal como sucedia com o latim bárbaro, pelo que traduz pior a fala espontânea e corrente da vida quotidiana que a antiga linguagem portuguesa em verso. O movimento trovadoresco, adaptando a língua portuguesa à exteriorização dos sentimentos e às subtilezas do intelecto, beneficiou-a notavelmente.

As traduções, que desde tempos muito antigos se fizeram do latim, introduziram muitos latinismos no português, devido quer à necessidade de exprimir ideias para que não havia palavras, quer ao comodismo do tradutor, quer ainda à ostentação erudita, e constituíram o melhor processo de aperfeiçoamento da prosa portuguesa, sendo de salientar o papel do Mosteiro de Alcobaça, fundado em 1148. Posteriormente fizeram-se do castelhano e sobretudo do francês, como é o caso da *Demanda do Santo Graal*, traduzido no século XIV ou no seguinte, superior a quase todos os textos anteriores hoje conhecidos, em que avulta o emprego do diálogo repleto de naturalidade e aparecem neologismos.

A acção de D. Dinis (1261-1325) em prol da linguagem foi notabilíssima, pois além de cultivá-la magistralmente nas suas poesias, tendo sido mesmo o mais fecundo dos trovadores portugueses (138 cantigas), promoveu a tradução para português de obras científicas hebraicas e árabes, bem como das *Sete Partidas*, e criou em Lisboa (1288 ou 1289) o Estudo Geral, a primeira universidade portuguesa, com as cadeiras de Direito Canónico, Direito Civil, Medicina, Dialéctica e Gramática, precedida em 1269, em Alcobaça, por cursos públicos de Gramática, Lógica e Teologia.

No século XV abre-se um período de transição fonética, morfológica e sintáctica. Aumentam os latinismos no vocabulário e tende a generalizar-se a arte das comparações. A prosa exhibe-se em crónicas e em obras didácticas e morais, que espelham a influência da sintaxe e do estilo latinos, determinada quer pelas leituras directas, quer pelas traduções.

Sob o influxo do Renascimento clássico de Quinhentos, em contacto com as culturas grega e latina e com os humanistas italianos, moderniza-se a língua portuguesa, dando-se-lhe a ambicionada estética, estabilidade e disciplina e afastando-se da vulgaridade, como recomenda Duarte Nunes de Leão. O que concorreu bastante também para a fixação da língua literária portuguesa foi a publicação, no séc. XVI, das primeiras gramáticas, devidas a Fernão de Oliveira (1536) e a João de Barros (1540). O movimento renovador torna arcaicos muitos termos. As conquistas portuguesas consequentes aos

grandes descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI trouxeram grande contingente de elementos oriundos das outras partes do mundo; enquanto o escol intelectual de Portugal frequentava universidades estrangeiras, como as de Paris, Salamanca, Oxford, Lovaina ou Bolonha, dezenas de milhares de portugueses embarcavam para o Oriente, ficando a grande maioria por lá. Com *Os Lusíadas*, a grande epopeia do mundo moderno, eis a língua portuguesa definitivamente fixada, pois na essência é mesma de hoje.

Os clássicos eruditos dos séculos XVI e XVII introduziram de novo palavras latinas, muitas das quais em breve caíram em desuso; outras, que já existiam modificadas em conformidade com as leis fonéticas do português, fizeram-nas voltar à forma latina ou a uma forma mais próxima desta; outras ainda foram alatinadas na grafia, chegando às vezes a modificar-se-lhes a pronúncia.

Divergem as opiniões sobre os mais antigos documentos portugueses: uns dizem que o mais antigo em prosa é a *Notícia de Torto*, borrão ou rascunho de uma queixa de Lourenço Fernandes contra os filhos de Gonçalo Ramires, em português, mas com vários termos em latim bárbaro, e sem data, o qual, segundo Leite de Vasconcelos, é dos princípios do séc. XIII (talvez 1211); sustentam outros, possivelmente com mais razão, que o mais antigo em português é o *Auto de Pertilhas* (Março de 1192), em que intervém Elvira Sanches. Em verso, os primeiros documentos são igualmente dos fins do séc. XII começos do XIII.

São de três espécies os vocábulos da língua portuguesa: *populares*, *semieruditos* e *eruditos*. São *populares* os vocábulos provenientes do *latim vulgar*, os que deles derivam e os que, embora não latinos, se introduziram há muito tempo na língua, entraram em uso comum e se foram modificando em harmonia com as respectivas leis fonéticas. *Semieruditos* são os vocábulos que só em parte sofreram a influência das leis fonéticas, introduzidos pela cultura na sua forma plena, de que o povo se apoderou, fazendo-os evolucionar na sua parte mais importante. Chamam-se *eruditos* os vocábulos de proveniência latina ou grega que desde muito cedo, e principalmente nos séculos XIV e XV, entraram no léxico da língua, depois de artificialmente aportuguesados. As palavras vindas por via popular têm em regra um significado mais concreto e material; as eruditas têm-no mais geral, elevado ou metafórico.

O léxico português formou-se com três elementos distintos: 1) *elemento latino*; 2) *elemento vernáculo*; 3) *elemento estrangeiro*.

O português acolheu elementos das *línguas peninsulares prélatinas*, como o basco, o celta, o fenício, o lígure. Muitas destas palavras, se não a maioria, foram recolhidas por intermédio do latim vulgar.

Em épocas diferentes influiu o grego no vocabulário português primitivo:

- a) através do latim, na época da colonização romana;
- b) quando o cristianismo se difundiu no Ocidente, desde o séc. I até o domínio godo; nesta época o grego chegou a influenciar a própria gramática, fornecendo-lhe elementos no processo de derivação. A literatura eclesiástica legou numerosos vocábulos ao léxico português;

c) também quando o Baixo Império ou império grego-bizantino dominou o Mediterrâneo e o Sul da Hispânia, de 554 a 624 da era cristã, e por ocasião das Cruzadas, não deixou o grego de influenciar o léxico português.

Quanto aos *elementos românicos*, há-os *espanhóis*, *catalães*, *provençais* (alguns arcaicos, muito usuais na poesia medieval), *franceses* (a primeira época, do séc. XI ao XIII), *italianismos* (sobretudo no Renascimento).

Os Germanos constituíam a classe dominadora e guerreira, durante a sua permanência na Península, o que explica a relativa abundância de *elementos germânicos* referentes a instituições políticas e judiciais e à arte da guerra. Os Visigodos, nos três séculos do seu domínio, deixaram-nos numerosas palavras do onomástico, especialmente no Norte de Portugal, em regra poéticas ou guerreiras. Além da contribuição visigótica, das línguas germânicas antigas as que maior quota ministraram foram o anglo-saxão e o antigo alto-alemão.

Nenhuma língua românica, excepto talvez o espanhol, tem mais *vocábulos de origem árabe* que a portuguesa. Muitos deles são arcaicos ou desusados (mais de um terço). Tal como os Germanos, os Árabes constituíam a classe dominadora e militar; daí o grande número de termos relativos a instituições jurídicas e sociais, bem como à arte da guerra. Além disso, há muitos termos relativos às indústrias e ao comércio, à agricultura, às ciências e aos ofícios, domínios em que baillharam, ao vestuário, animais, plantas, topónimos, etc., e ainda alguns adjectivos, um pronome indefinido e uma interjeição muito significativa da influência árabe, quase tudo anterior ao séc. XIII. Como Diez observou, não deixaram um único termo respeitante aos sentimentos, se exceptuarmos a palavra *mesquinho*. Quase todos os arabismos começam por *al-* (o artigo definido invariável em árabe), por vezes com o *l* assimilado à consonante inicial do substantivo árabe (*arabalde*), havendo frequentemente posterior simplificação (*açorda*). Enquanto há numerosos arabismos na toponímia, os antropónimos de origem árabe só abundam no séc. X, sendo depois destronados em proveito do calendário cristão.

O idioma português não ficou acantonado, mas, pelo contrário, alterou-se nas diversas regiões para onde foi levado, em virtude das novas condições mesológicas. A expansão da língua portuguesa nas ilhas adjacentes e nas antigas províncias ultramarinas tomou dois aspectos fundamentais: *dialectos* propriamente ditos e fusão com outra língua, que deu origem aos *crioulos*.

Na Galiza, fala-se ainda em nossos dias o *galego*, que está intimamente ligado ao português.

Muito haveria a dizer acerca da influência do português nas línguas estrangeiras, mas seria alongar demasiado este trabalho. Essa influência traduziu-se no enorme número de vocábulos, sobretudo exóticos, que a língua portuguesa introduziu em várias línguas europeias, em várias línguas africanas e em quase todas as línguas orientais.

Povzetek

ZAČETKI PORTUGALSKEGA JEZIKA

O luzitanski latinščini govori že grški zemljepisec Strabon. Pravi dokumenti, iz katerih si je mogoče ustvariti sliko luzitanske latinščine so zbrani v zbirki *Portugaliae Monumenta Historica*. Literarni teksti so res kasnejši kot v večini drugih romanskih jezikov, vendar ne gre pozabiti, da je lirika zrasla na dvoru Alfonza X, Modrega, kralja Leona in Kastilje, in ta lirika je bila v galicijski portugalščini.

Za nastanek knjižne norme je pomembno, da je bila zibelka literarnega jezika prva prestolnica države, Coimbra; šele ko je kralj don Dinis prenesel sedež kraljestva v Lisbono in tam ustanovil univerzo (Estudo Geral de Lisboa, 1290), je pri oblikovanju jezikovne norme soudeležena tudi dežela ob spodnjem teku reke Taja. Slovnčno normo lahko štejemo za ustaljeno šele s slovnici, ki sta jih v 16. stoletju sestavila Fernão de Oliveira (1536) in João de Barros (1540).

Predstavitev portugalskega jezika opozarja na bogati samoglasniški sistem, zlasti v primerjavi z dokaj bornim kastiljskim: osem ustničnih samoglasnikov in pet nosnih, nosni dvoglasniki; mehak, zabrisan karakter nenaglašanih samoglasnikov proti trdi in jasni izgovorjavi v kastiljščini; padajoči dvoglasniki proti rastočim v kastiljščini (*Douro/ Duero*). Od skladijskih črt portugalščine je posebej poudarjena trdna eksistenca konjunktiva futura in osebnega nedoločnika.